

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/19 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Pará de Minas Ltda. – SICOOB CREDIRURAL, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDIRURAL completou 31 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDIRURAL obteve um resultado de R\$ 4.416.655,38 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,74 %.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 150.658.868,47. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 73.072.870,89.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

<b>Carteira Rural</b>	<b>R\$ 18.237.664,03</b>	<b>24,96%</b>
<b>Carteira Comercial</b>	<b>R\$ 54.835.206,86</b>	<b>75,04%</b>

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 39,87 % da carteira, no montante de R\$ 29.132.824,38.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 189.933.464,78, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 4,24 %.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

<b>Depósitos à Vista</b>	<b>R\$ 38.408.733,16</b>	<b>20,22%</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>R\$151.524.731,62</b>	<b>79,78%</b>

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 24,23% da captação, no montante de R\$ 46.786.233,12.

### 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRURAL era de R\$32.501.763,05. O quadro de associados era composto por 9447 Cooperados, havendo um acréscimo de 13,49 % em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIRURAL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG-GE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 8. Conselho Fiscal

Eleito para o triênio 2017-2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

### 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRURAL aderiram, em 29/09/2009, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRURAL registrou seis manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das seis reclamações, duas foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### 11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Pará de Minas, 15 de janeiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

JUAREZ DE MELO Diretor Coordenador e Financeiro	ANTÔNIO FERNANDO GUIMARÃES Diretor Administrativo e Comercial
BRENO JOSÉ BARBOSA Presidente do Conselho de Administração	
BRENO AUGUSTO PINTO VIEIRA Conselho Vogal	ECIO DE ALMEIDA PEIXOTO Conselho Vogal
LUIZ CLAUDIO DE PAULA Conselho Vogal	JULIANA LEMOS FARIA GABRIEL Conselho Vogal

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		<b>208.941.641,04</b>	<b>211.502.434,71</b>
Disponibilidades		2.469.690,94	843.854,97
Relações Interfinanceiras	5	150.658.868,47	174.482.742,50
Centralização Financeira -		150.658.868,47	174.482.742,50
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>53.036.601,18</b>	<b>32.096.417,88</b>
Operações de Crédito		53.991.608,24	32.861.008,13
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(955.007,06)	(764.590,25)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>1.594.387,41</b>	<b>2.673.319,12</b>
Créditos por Avais e Fianças		4.561,76	8.938,18
Honrados			
Rendas a Receber		619.523,46	958.763,66
Diversos		974.160,01	1.708.587,37
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(3.857,82)	(2.970,09)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>1.182.093,04</b>	<b>1.406.100,24</b>
Outros Valores e Bens		1.055.085,54	1.140.016,87
Despesas Antecipadas		127.007,50	266.083,37
<b>Não Circulante</b>		<b>29.149.249,62</b>	<b>16.559.057,25</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>18.601.330,46</b>	<b>7.471.024,19</b>
Operações de Crédito	6	18.601.330,46	7.471.024,19
Operações de Crédito		19.081.262,65	7.837.840,85
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(479.932,19)	(366.816,66)
<b>Permanente</b>		<b>10.547.919,16</b>	<b>9.088.033,06</b>
Investimentos	9	3.392.080,31	2.665.686,05
Outros Investimentos		3.392.080,31	2.665.686,05
<b>Imobilizado em Uso</b>	<b>10</b>	<b>7.100.597,50</b>	<b>6.371.295,84</b>
Imóveis de Uso		6.664.525,42	3.237.597,69
Outras Imobilizações de Uso		1.820.794,55	4.287.993,96
(Depreciações Acumuladas)		(1.464.211,29)	(1.233.784,63)
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>55.241,35</b>	<b>51.051,17</b>
Ativos Intangíveis		178.986,17	143.633,11
(Amortização Acumulada)		(123.744,82)	(92.581,94)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>238.090.890,66</b>	<b>228.061.491,96</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DSP	NOTAS	2º SEM	31/12/2019	31/12/2018	
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.425.984,80	9.603.402,78	7.457.147,66	
Operações de Crédito	19	5.425.984,80	9.603.402,78	7.428.413,66	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	28.734,00	
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20	(4.305.188,44)	(9.065.044,86)	
Operações de Captação no Mercado		(4.167.032,06)	(8.676.358,83)	(8.801.603,76)	
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		-	(23.852,39)	(135.079,43)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(138.156,38)	(460.116,46)	(128.361,67)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.120.796,36	443.075,10	(1.607.897,20)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		1.661.582,00	4.187.807,08	6.772.759,95	
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	21	881.144,63	1.533.242,96	1.106.330,22	
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	22	793.258,15	1.464.077,05	1.128.201,46	
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	23	(2.349.277,22)	(4.644.487,80)	(4.168.677,52)	
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(1.836.305,38)	(3.423.253,69)	(2.548.502,40)	
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(66.257,20)	(179.199,46)	(102.127,14)	
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	162.144,98	488.525,83	1.033.869,31	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.327.115,17	9.425.551,41	10.560.092,65	
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(250.241,13)	(476.649,22)	(236.426,63)	
RESULTADO OPERACIONAL		2.782.378,36	4.630.882,18	5.164.862,75	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		27	22.356,38	11.778,20	
Receitas Não Operacionais		26.139,40	31.751,44	12.148,86	
Despesas Não Operacionais		(3.783,02)	(5.180,20)	(370,66)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		2.804.734,74	4.657.453,42	5.176.640,95	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(116.082,61)	(240.798,04)	(154.125,06)	
Provisão para Imposto de Renda		(76.205,71)	(141.728,79)	(82.026,82)	
Provisão para Contribuição Social		(39.876,90)	(99.069,25)	(72.098,24)	
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.688.652,13	4.416.655,38	5.022.515,89	
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS			(1.141.563,67)	(1.429.634,74)	
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social Reserva Legal			(268.205,89)	(471.533,10)	
			(873.357,78)	(958.101,64)	
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		2.688.652,13	3.275.091,71	3.592.881,15	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2017	5.018.278,18	(50,00)	19.472.039,29	5.819.611,31	30.309.878,78
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Constituição de Reservas			2.909.805,65	(2.909.805,65)	-
Em Conta Corrente do Associado				(2.889.967,57)	(2.889.967,57)
Ao Capital	7.524,64			(7.524,64)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(12.313,45)	(12.313,45)
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição / Realização	117.683,33	50,00			117.733,33
Por Devolução ( - )	(63.575,36)				(63.575,36)
Sobras ou Perdas Líquidas				5.022.515,89	5.022.515,89
FATES - Atos Não Cooperativos				(232.007,69)	(232.007,69)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
Fundo de Reserva			958.101,64	(958.101,64)	-
Outros Fundos Estatutários					-
FATES				(239.525,41)	(239.525,41)
Saldos em 31/12/2018	5.079.910,79	-	23.339.946,58	3.592.881,15	32.012.738,52
Outros Ajustes				(85.211,33)	(85.211,33)
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Constituição de Reservas			1.796.440,57	(1.796.440,57)	-
Em Conta Corrente do Associado				(1.433.082,32)	(1.433.082,32)
Ao Capital	361.287,43			(361.287,43)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(2.070,83)	(2.070,83)
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição / Realização	127.626,28	(200,00)			127.426,28
Por Devolução ( - )	(106.706,52)				(106.706,52)
Estorno de Capital	(100,00)				(100,00)
Sobras ou Perdas Líquidas				4.416.655,38	4.416.655,38
FATES - Atos Não Cooperativos				(49.866,45)	(49.866,45)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
Fundo de Reserva			873.357,78	(873.357,78)	-
FATES				(218.339,44)	(218.339,44)
Saldos em 31/12/2019	5.462.017,98	(200,00)	26.009.744,93	3.189.880,38	34.661.443,29
Saldos em 30/06/2019	5.453.507,20	-	25.136.387,15	1.642.791,92	32.232.686,27
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição / Realização	8.510,78	(200,00)			8.310,78
Sobras ou Perdas Líquidas				2.688.652,13	2.688.652,13
FATES - Atos Não Cooperativos				(49.866,45)	(49.866,45)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
Fundo de Reserva			873.357,78	(873.357,78)	-
FATES				(218.339,44)	(218.339,44)
Saldos em 31/12/2019	5.462.017,98	(200,00)	26.009.744,93	3.189.880,38	34.661.443,29
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações</b>		<b>2.804.734,74</b>	<b>4.657.453,42</b>	<b>5.176.640,95</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(85.211,33)	-
IRPJ / CSLL	(116.082,61)		(240.798,04)	(154.125,06)
Provisão para Operações de Crédito	138.156,38		460.116,46	128.361,67
Depreciações e Amortizações	189.072,97		304.259,91	153.208,52
	<b>3.015.881,48</b>		<b>5.095.820,42</b>	<b>5.304.086,08</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	1.683.271,67
Operações de Crédito	(25.626.245,30)		(32.530.606,03)	(10.107.228,88)
Outros Créditos	214.716,93		1.078.931,71	108.381,93
Outros Valores e Bens	45.970,69		224.007,20	(1.380.647,88)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos a Vista	1.515.737,92		9.577.273,33	(1.737.714,44)
Depósitos sob Aviso	(129.715,50)		(213.513,64)	(148.988,14)
Depósitos a Prazo	7.424.780,73		(1.639.862,06)	32.751.819,52
Relações Interdependências	6.351.376,25		758.534,54	(3.551.697,68)
Relações Interfinanceiras	-		(1.752.880,08)	(1.053.936,15)
Outras Obrigações	229.053,51		382.935,95	129.120,14
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>(6.958.443,29)</b>	<b>(19.019.358,66)</b>	<b>(21.996.466,17)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Aplicação no Intangível	(11.359,84)		(32.830,60)	(10.802,96)
Aquisição De Imobilizado de Uso	(51.896,57)		(1.004.921,15)	(3.166.161,07)
Aquisição de investimentos	(346.702,97)		(726.394,26)	(683.582,61)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>(409.959,38)</b>	<b>(1.764.146,01)</b>	<b>(3.860.546,64)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital	8.310,78		127.426,28	117.733,33
Devolução de Capital à Cooperados	-		(106.706,52)	(63.575,36)
Estorno de Capital	-		(100,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-		(2.070,83)	(12.313,45)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-		(1.433.082,32)	(2.889.967,57)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>		<b>8.310,78</b>	<b>(1.414.533,39)</b>	<b>(2.848.123,05)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(7.360.091,89)</b>	<b>(22.198.038,06)</b>	<b>(15.287.796,48)</b>
<b>Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	160.488.651,30		175.326.597,47	160.038.800,99
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	153.128.559,41		153.128.559,41	175.326.597,47
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(7.360.091,89)</b>	<b>(22.198.038,06)</b>	<b>(15.287.796,48)</b>

As **Notas Explicativas** são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDIRURAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **19/09/1988**, filiada a

**CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE**

– **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIRURAL** possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO JOSÉ DA VARGINHA - MG, PEQUI - MG, PARÁ DE MINAS - MG, IGARATINGA - MG.**

O **SICOOB CREDIRURAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistêmica e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades

Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 21/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a)Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	2.469.690,94	843.854,97
Relações interfinanceiras - centralização financeira	150.658.868,47	174.482.742,50
TOTAL	153.128.559,41	175.326.597,47

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas	150.658.868,47	174.482.742,50
Total	150.658.868,47	174.482.742,50

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente **R\$ 9.425.551,41e R\$ 10.560.092,65**.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	32.271.061,44	6.506.152,72	38.777.214,16	19.971.500,64
Financiamentos	4.941.981,06	11.401.463,95	16.343.445,01	3.639.667,87
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	16.778.565,74	1.173.645,98	17.952.211,72	17.087.680,47
Total de Operações de Crédito	53.991.608,24	19.081.262,65	73.072.870,89	40.698.848,98
(-) Provisões para Operações de Crédito	(955.007,06)	(479.932,19)	(1.434.939,25)	(1.131.406,91)
TOTAL	53.036.601,18	18.601.330,46	71.637.931,64	39.567.442,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamento	Financiamento Rural	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	5.134.270,00	1.311.911,28	815.276,11	7.261.457,39		547.664,77	
A 0,5% Normal	18.075.935,69	9.899.560,26	10.688.822,61	38.664.318,56	(193.321,59)	12.168.986,45	(60.844,93)
B 1% Normal	6.604.211,10	3.092.062,09	3.023.566,79	12.719.839,98	(127.198,40)	16.757.136,00	(167.571,36)
B 1% Vencidas	22.165,43	0,00	13.183,33	35.348,76	(353,49)	5.027,60	(50,28)
C 3% Normal	6.567.647,32	1.518.063,12	1.974.954,58	10.060.665,02	(301.819,95)	9.121.155,92	(273.634,68)
C 3% Vencidas	90.252,31	0,00	17.838,83	108.091,14	(3.242,73)	148.204,44	(4.446,13)
D 10% Normal	1.417.222,58	384.182,79	1.418.569,47	3.219.974,84	(321.997,48)	904.336,58	(90.433,66)
D 10% Vencidas	38.470,51	56.060,80	0,00	94.531,31	(9.453,13)	26.140,69	(2.614,07)
E 30% Normal	312.217,43	0,00	0,00	312.217,43	(93.665,23)	547.489,83	(164.246,95)
E 30% Vencidas	22.369,15	81.604,67	0,00	103.973,82	(31.192,15)	104.962,91	(31.488,87)
F 50% Normal	226.830,77	0,00	0,00	226.830,77	(113.415,39)	55.999,54	(27.999,77)
F 50% Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.614,73	(2.807,37)
G 70% Normal	86.139,61	0,00	0,00	86.139,61	(60.297,73)	17,56	(12,29)
G 70% Vencidas	1.668,66	0,00	0,00	1.668,66	(1.168,06)	2.852,35	(1.996,64)
H 100% Normal	45.314,12	0,00	0,00	45.314,12	(45.314,12)	155.334,16	(155.334,16)
H 100% Vencidas	132.499,48	0,00	0,00	132.499,48	(132.499,48)	147.925,45	(147.925,45)
Total Normal	38.469.788,62	16.205.779,54	17.921.189,56	72.596.757,72	(1.257.029,89)	40.258.120,81	(940.077,80)
Total Vencidos	307.425,54	137.665,47	31.022,16	476.113,17	(177.909,04)	440.728,17	(191.328,81)
Total Geral	38.777.214,16	16.343.445,01	17.952.211,72	73.072.870,89	(1.434.939,25)	40.698.848,98	(1.131.406,61)
Provisões	(955.020,83)	(194.466,11)	(285.452,31)	(1.434.939,25)		(1.131.406,91)	
Total Líquido	37.822.193,33	16.148.978,90	17.666.759,41	71.637.931,64		39.567.442,07	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	15.348.002,34	16.923.059,10	6.506.152,72	38.777.214,16
Financiamentos	1.351.519,64	3.590.461,42	11.401.463,95	16.343.445,01
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.363.868,71	12.414.697,03	1.173.645,98	17.952.211,72
TOTAL	21.063.390,69	32.928.217,55	19.081.262,65	73.072.870,89

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo/TD	Financiamento	Financiamento Rural	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	7.200.872,00	407.478,74	0,00	7.608.350,74	10%
Setor Privado - Indústria	933.088,47	210.460,99	0,00	1.143.549,46	2%
Setor Privado - Serviços	12.712.118,70	2.705.145,43	0,00	15.417.264,13	21%
Pessoa Física	16.562.516,48	12.861.290,59	17.952.211,72	47.376.018,79	65%
Outros	1.368.618,51	159.069,26	0,00	1.527.687,77	2%
TOTAL	38.777.214,16	16.343.445,01	17.952.211,72	73.072.870,89	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.131.406,91	1.021.695,13
Constituições	3.266.618,09	10.318.028,27
Reversões	2.963.085,75	10.188.383,93
Transferência para prejuízo	0,00	(19.932,56)
TOTAL	1.434.939,25	1.131.406,91

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	2.514.494,43	3,00%	1.638.878,45	4,00%
10 Maiores Devedores	18.740.894,33	26,00%	10.805.133,74	27,00%
50 Maiores Devedores	43.585.607,95	60,00%	24.828.940,11	61,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	264.283,53	286.538,72
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	155.696,39	19.932,56
Valor das operações recuperadas no período	(47.622,89)	(42.187,75)
TOTAL	372.357,03	264.283,53

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	4.561,76	8.938,18
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	51.732,55	45.580,43
Outras rendas a receber	4.348,14	39.095,79
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	563.442,77	874.087,44
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	1.018,88	12.480,52
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	0,00	200,00
Devedores por depósitos em garantia (d)	905.847,16	804.455,65
Títulos e créditos a receber	63.460,70	48.303,40
Devedores diversos – país (e)	3.833,27	843.147,80
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito	(3.857,82)	(2.970,09)
TOTAL	1.594.387,41	2.673.319,12

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.
- (b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente rendas de serviços de convênios a receber.
- (c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CECREMGE referente ao mês de DEZEMBRO/2019.
- (d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS FOLHA (R\$288.335,71) e INSS patronal sobre cédulas de presença dos Conselheiros (R\$617.511,45).
- (e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
G	70%	Vencidas	2.346,46	2.346,46	-1642,52
H	100%	Vencidas	2.215,30	2.215,30	-2215,30
Total Vencidos			4.561,76	4.561,76	(3.857,82)
Total Geral			4.561,76	4.561,76	(3.857,82)
Provisões			(3.857,82)	(3.857,82)	
Total Líquido			703,94	703,94	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.054.525,54	1.139.736,87
Material em Estoque	560,00	280,00
Despesas Antecipadas (b)	127.007,50	266.083,37
TOTAL	1.182.093,04	1.406.100,24

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e Auditoria Externa.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	3.201.273,86	2.515.719,10
Participações Inst Financ controlada coop crédito (b)	190.806,45	149.966,95
TOTAL	3.392.080,31	2.665.686,05

- (a) Refere-se a cotas de capital na Central Cecremge.
- (b) Refere-se a ações do Bancoob.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		0,00	2.855.966,36
Terrenos		2.897.635,94	2.897.635,94
Edificações	4%	3.766.889,48	339.961,75
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(408.499,89)	(327.495,92)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	714.358,13	544.256,62
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(336.962,13)	(288.293,28)
Sistema de Comunicação	20%	44.961,00	25.139,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	955.002,18	756.158,74
Sistema de Segurança	10%	106.473,24	106.473,24
Sistema de Transporte	20%	79.488,82	79.488,82
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(718.749,27)	(617.995,43)
TOTAL		7.100.597,50	6.371.295,84

- (a) As imobilizações em curso foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Software - Adquirido antes de 01/10/2013	16.279,05	16.279,05	20%
Amortização acumulada	(16.279,05)	(16.279,05)	
Direito de Uso - Adquirido após de 01/10/2013	151.347,28	127.354,06	20%
Amortização acumulada	(90.738,87)	(76.302,80)	
TOTAL	60.608,41	51.051,17	

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	38.408.733,16	28.831.459,83
Depósito Sob Aviso	1.897.200,01	2.110.713,65
Depósito a Prazo	149.627.531,61	151.267.393,67
TOTAL	189.933.464,78	182.209.567,15

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	14.255.819,72	7,00%	32.581.874,81	18,00%
10 Maiores Depositantes	38.080.149,41	20,00%	53.037.161,13	29,00%
50 Maiores Depositantes	64.616.683,16	33,00%	77.394.553,53	42,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(114.310,36)	(130.283,59)
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.286.409,13)	(8.413.437,19)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(275.639,34)	(257.882,98)
TOTAL	(8.676.358,83)	(8.801.603,76)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Recursos do Bancoob	-	-	-	1.777.479,24
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-	-	-	-24.599,16
TOTAL			-	1.752.880,08

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	6.361.249,52	5.602.397,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	317,98
TOTAL	6.361.249,52	5.602.714,98

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	38.371,90	11.472,94
Sociais e Estatutárias	4.575.968,87	4.431.082,62
Fiscais e Previdenciárias	376.396,73	305.117,17
Diversas	2.143.995,57	1.735.918,50
TOTAL	7.134.733,07	6.483.591,23

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	4.494.594,16	4.372.847,24
Sobras Líquidas a Distribuir	2.741,78	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	78.632,93	58.235,38
TOTAL	4.575.968,87	4.431.082,62

- (a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

- (b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	137.838,07	109.989,58
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.569,11	54.176,17
Impostos e Contribuições sobre Salários	171.989,45	95.835,37
Outros	60.000,10	45.116,05
TOTAL	376.396,73	305.117,17

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.014,15	65.890,16
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	155.018,53	72.416,80
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	661.575,75	489.959,49
Provisão para Passivos Contingentes (b)	915.827,65	831.744,78
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	30.721,03	30.131,78
Credores Diversos – País (d)	368.838,46	245.775,49
TOTAL	2.143.995,57	1.735.918,50

- (a) - Referem-se à provisão para pagamento de despesas com água, energia, aluguel, transportes, auditoria externa, comunicação, propaganda e outros.

- (b) -Refere-se a depósitos judiciais Pis Folha (291.240,92) e Inss s/ cédula de Presença (614.511,45), contestação sobre a legalidade e constitucionalidade da incidência destes.

- (c) - Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.025.552,84 (R\$ 1.434.306,81 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) - Refere-se a pendências diversas, diferenças de caixa (1.385,95), pendências no Bancoob (6.534,88), Cooperativa Central (14.660,23), encerramento de contas (121,94), cheques depositados (335.560,64) e Liquidação cobrança (10.574,82).

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIRURAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	5.461.817,98	5.079.910,79
Associados	9.447	8.324

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20 %, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro abaixo:

Sobras Líquidas antes das destinações legais e estatutárias - 2018	5.022.515,89
FATES - Fundo Obrigatório conforme estatuto social	(471.533,10)
Reserva Legal - Fundo Obrigatório conforme estatuto social	(958.101,64)
<b>Sobras a Disposição da AGO - 2018</b>	<b>3.592.881,15</b>
<b>Assim Distribuídas:</b>	
Capital Social	361.287,43
Reserva Legal	1.796.440,57
Conta Corrente	1.433.082,32
Conta Corrente ex-associado	2.070,83

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	4.416.655,38	5.022.515,89
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES (a)	49.866,45	232.007,69
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.366.788,93	4.790.508,20
Destinações estatutárias	1.091.697,22	1.197.627,05
Reserva legal - 20% (b)	873.357,78	958.101,64
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5% (c)	218.339,44	239.525,41
Ajustes de Exercícios Anteriores	85.211,33	0
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.189.880,38	3.592.881,15

(a) Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

(b) A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

(c) O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	1.074.918,05	967.517,92
Despesas específicas de atos não cooperativos	(398.750,83)	(290.420,96)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(458.501,55)	(302.742,41)
Resultado operacional	217.665,67	374.354,55
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(167.799,52)	(142.346,86)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	49.866,15	232.007,69

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	290.570,84	283.578,56
Rendas de Empréstimos	4.721.892,49	3.506.705,01
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.095.206,24	554.293,94
Rendas de Financiamentos	997.952,71	727.886,71
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	2.450.157,61	2.291.617,78
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47.622,89	64.331,66
<b>TOTAL</b>	<b>9.603.402,78</b>	<b>7.428.413,66</b>

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Captação	(8.676.358,83)	(8.801.603,76)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(23.852,39)	(135.079,43)
Provisões para Operações de Crédito	(460.116,46)	(128.361,67)
<b>TOTAL</b>	<b>(9.160.327,68)</b>	<b>(9.065.044,86)</b>

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	240.383,00	153.729,65
Rendas de Outros Serviços	1.292.859,96	952.600,57
<b>TOTAL</b>	<b>1.533.242,96</b>	<b>1.106.330,22</b>

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	762.863,00	579.680,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	220.578,30	208.398,90
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	52.014,06	61.024,95
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	428.621,69	279.097,61
<b>TOTAL</b>	<b>1.464.077,05</b>	<b>1.128.201,46</b>

23. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(196.944,05)	(64.220,37)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(528.734,93)	(771.986,97)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(524.460,96)	(413.589,46)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(976.834,85)	(915.113,81)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.417.513,01)	(1.977.071,91)
Despesas de Remuneração de Estagiários	0,00	(26.695,00)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.644.487,80)</b>	<b>(4.168.677,52)</b>

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(121.800,69)	(90.903,95)
Despesas de Aluguéis	(89.495,00)	(80.320,36)
Despesas de Comunicações	(183.507,71)	(156.502,77)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(124.380,27)	(38.525,05)
Despesas de Material	(59.634,08)	(23.468,18)
Despesas de Processamento de Dados	(387.250,63)	(288.514,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(72.795,36)	(51.028,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(84.673,08)	(43.322,00)
Despesas de Publicações	0,00	(900,00)
Despesas de Seguros	(56.689,20)	(62.948,83)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(642.679,67)	(522.011,50)
Despesas de Serviços de Terceiros	(215.465,44)	(206.244,92)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(227.775,70)	(171.104,75)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(144.073,03)	(97.106,32)
Despesas de Transporte	(171.456,44)	(148.348,86)
Despesas de Viagem no País	(16.697,74)	(5.655,14)
Despesas de Amortização	(28.640,42)	(23.968,80)
Despesas de Depreciação	(275.619,49)	(129.239,72)
Outras Despesas Administrativas	(263.497,51)	(169.567,33)
Emolumentos judiciais e cartorários	(7.781,89)	(16.300,35)
Contribuição a OCE	(61.440,63)	(46.725,35)
Rateio de despesas da Central	(173.030,15)	(175.795,68)
Rateio de despesa do Sicoob	(14.869,56)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(3.423.253,69)</b>	<b>(2.548.502,40)</b>

25. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	57.141,55	9.512,24
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	41.538,64	5.588,27
Dividendos	40.837,85	34.832,48
Deduções e abatimentos	363,49	2.138,53
Distribuição de sobras da central	122.885,28	171.122,70
Outras rendas operacionais	804,25	655.148,47
Rendas oriundas de cartões de crédito	224.954,77	155.526,62
<b>TOTAL</b>	<b>488.525,83</b>	<b>1.033.869,31</b>

26. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(42.127,89)	(1.052,22)
Outras Despesas Operacionais	(322.513,24)	(114.751,41)
Descontos concedidos - operações de crédito	(22.517,49)	(44.290,04)
Cancelamento - tarifas pendentes	(89.490,60)	(76.332,96)
<b>TOTAL</b>	<b>(476.649,22)</b>	<b>(236.426,63)</b>

27. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	1.399,00	0,00
Ganhos de Capital	30.352,44	12.148,86
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.343,08)	0,00
(-) Perdas de Capital	(3.837,12)	(370,66)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>26.571,24</b>	<b>11.778,20</b>

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2019>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.215.935,73	1,0087%	39.340,31
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.439.828,16	0,6554%	12.342,95
<b>TOTAL</b>	<b>3.655.763,89</b>	<b>1,6642%</b>	<b>51.683,26</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>2.106.981,11</b>	<b>1,6307%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.923,13	15,00	0,3525%
Crédito Rural	952.019,57	4.760,10	5,3031%
Empréstimo	472.255,93	32.970,11	1,7816%
Financiamento	384.330,18	24.342,00	2,3516%
Títulos Descontados	233.452,80	1.167,26	2,1282%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	148.490,23	0,3872%	0%
Depósitos a Prazo	1.305.722,29	0,8617%	0,3613%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,2400%
Empréstimos	1,1520%
Financiamento	0,3800%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,4292%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,0429%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,6357%
Credito Rural (modalidades)	0,8183%
Aplicações Financeiras	1,6307%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	6.667,03
Crédito Rural	4.676.733,00
Empréstimo	208.981,14
Financiamento	4.013.884,40

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
46.831,98	10.063,54

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(196.944,05)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(528.734,93)
Encargos Sociais	(145.595,04)

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDIRURAL - SICOOB CREDIRURAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIRURAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da

parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liqueidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Valueat Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	905.847,16	905.847,16	804.455,65	804.455,65
TOTAL	905.847,16	905.847,16	804.455,65	804.455,65

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRURAL, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 199.609,75.

PARÁ DE MINAS-MG, 15 de janeiro de 2020.

BRENO JOSÉ BARBOSA  
PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

JUAREZ DE MELO  
DIRETOR COORDENADOR FINANCEIRO

ANTONIO FERNANDO GUIMARÃES  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E COMERCIAL

MARIA SUELY DE CARVALHO FONSECA  
CONTADORA MG 049547/0-0



RELATÓRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
2019

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Pará de Minas Ltda.  
SICOOB CREDIRURAL  
Pará de Minas / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Pará de Minas Ltda. - SICOOB CREDIRURAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIRURAL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente su causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte / MG, 29 de janeiro de 2020.



Felipe Rodrigues Beiral  
Contador CRC MG - 90.766/O-4  
CNAI 2.994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Pará de Minas Ltda.- SICOOB CREDIRURAL, reunido em 27/01/2020, em cumprimento do art. 83, Inciso III, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu o minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Pará de Minas Ltda. - SICOOB CREDIRURAL, em 31 de dezembro de 2019.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, pela Assembléia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referente ao exercício de 2019.

Pará de Minas, 27 de janeiro de 2020.

KÊNIA MENDES PEREIRA

Conselheira Fiscal / Coordenadora

MARIO FERREIRA MENDONÇA FILHO

Conselheiro Fiscal / Vogal

UMBERTO DE MORAIS PIMENTA

Conselheiro Fiscal / Secretário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO		CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA SICOOB CECREMGE	
		Exercício	Valor
2012	60.055.314,74	2012	62.805.289,05
2013	72.251.392,06	2013	81.000.285,87
2014	86.999.020,44	2014	98.112.249,47
2015	95.067.407,47	2015	103.899.061,73
2016	119.165.529,20	2016	122.449.403,11
2017	151.344.450,21	2017	159.422.663,50
2018	182.209.567,15	2018	174.482.742,50
2019	189.933.646,78	2019	150.658.868,47

Recurso captado dos associados do Sicoob Credirural

Aplicações Financeiras do Sicoob Credirural no mercado financeiro

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercício	Valor	Exercício	Valor
2012	17.156.576,43	2012	13.287.590,98
2013	16.383.195,90	2013	14.235.217,08
2014	17.805.524,31	2014	14.939.144,39
2015	21.005.138,38	2015	20.366.920,22
2016	28.337.048,00	2016	22.901.706,14
2017	30.621.747,10	2017	30.309.878,78
2018	39.567.441,07	2018	32.012.738,52
2019	71.637.931,64	2019	34.661.443,29

Recursos emprestados aos associados do Sicoob Credirural

Representa a evolução do patrimônio líquido dos associados do Sicoob Credirural

CAPITAL SOCIAL		SOBRAS LÍQUIDAS	
Exercício	Valor	Exercício	Valor
2012	2.805.161,18	2012	1.528.209,06
2013	2.847.957,85	2013	1.493.256,70
2014	2.855.665,04	2014	3.710.514,90
2015	2.899.512,62	2015	5.139.514,92
2016	4.981.604,26	2016	3.214.081,92
2017	5.018.221,18	2017	5.819.611,31
2018	5.079.910,79	2018	3.592.881,15
2019	5.461.817,98	2019	3.189.880,38

Representa o capital social dos associados do Sicoob Credirural

Representa as sobras líquidas anuais

EVOLUÇÃO QUADRO SOCIAL DA CREDIRURAL				
Exercício	Existência anterior	Entradas	Saídas	Existência atual
2012	5487	296	65	5718
2013	5718	187	33	5872
2014	5872	234	45	6061
2015	6061	378	47	6392
2016	6392	656	43	7005
2017	7005	658	53	7610
2018	7610	837	123	8324
2019	8324	1344	221	9447